

**RELATÓRIO DA DIRETORIA****CENÁRIO ECONÔMICO**

O cenário internacional em 2012 foi melhor que o do ano anterior, considerando que a maior economia do planeta, a norte-americana, cresceu 2,2% confirmando a tendência gradual de recuperação, apesar do déficit fiscal (7% do PIB) e a taxa de desemprego (7,8%) serem elevados. A segunda maior economia, a chinesa, cresceu cerca de 7,8%, o déficit fiscal (1,6% do PIB) e o desemprego (4,1%) ainda mantiveram a China em posição confortável na comparação internacional. Já a Zona do Euro continuou em recessão, com queda no PIB de cerca de 0,4% para o conjunto dos países, a maior economia da zona da moeda única, a alemã, cresceu apenas 0,9%, a italiana encolheu 2,1%, seguida pela espanhola que caiu 1,4%, enquanto a francesa ficou basicamente estagnada (0,2%). Com isso, as incertezas emitidas pela Zona do Euro funcionaram como principal elemento limitativo do dinamismo da economia global, contribuindo para inibir os investimentos em geral em todo o Mundo.

Nesse contexto de instabilidade no mercado internacional, da falta de clareza sobre a capacidade do mercado interno de continuar consumindo, da falta de clareza quanto às regras para participação em grandes projetos de infraestrutura e outros aspectos, a economia brasileira não apresentou bom desempenho, considerando que o PIB cresceu apenas 0,9%, a inflação fechou em alta de 5,84%, apesar das posições confortáveis relativas à situação fiscal (déficit de 2,5% do PIB), a taxa de desemprego (5,5%) e a taxa de juros SELIC que fechou em apenas 7,25% a.a..

O barril do petróleo sofreu alta ao longo do ano e fechou cotado a US\$ 109,64/barril, influenciado pelo maior consumo e desvalorização do dólar. Essa combinação de fatores interferiu diretamente nos preços e nas margens de nossos produtos.

**PRODUÇÃO**

A produção de LAB atingiu 178 mil toneladas, inferior ao ano anterior em 1,8%, enquanto a de LAS atingiu 84 mil toneladas, 22,7% maior quando comparado ao ano de 2011, o que permitiu o pleno atendimento do mercado e a manutenção de níveis adequados dos estoques.

Em 2012, também se obteve os melhores resultados em termos de economia de energia e de matérias-primas, como resultado da busca contínua pela melhoria do desempenho operacional, visando a otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água).

**VENDAS**

Em 2012, a Companhia atingiu volumes recordes de vendas de LAB e LAS ao mercado interno, que expressas em LAB equivalente, apresentaram crescimento de 0,8% em relação ao ano anterior, crescimento equivalente ao desempenho da economia (0,9%). Adicionalmente, o mercado brasileiro de detergentes encolheu 0,11%, o que pode ser atribuído à estagnação no movimento de ascensão social e da melhoria do poder aquisitivo das classes C, D e E observado nos últimos quatro anos. As exportações aumentaram 41,1% em 2012, por vendas "spots".

**DESEMPENHO**

O faturamento bruto de R\$ 1.133,3 milhões foi maior 17,9% em relação ao ano anterior, em função das maiores vendas de LAB equivalente em 2012, e aumento dos preços do LAB e LAS, em função da depreciação do Real frente ao Dólar.

O lucro líquido atingiu R\$ 70,5 milhões, superior ao obtido em 2011 (R\$ 64,9 milhões), em 8,5%.

**GESTÃO CORPORATIVA**

Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade, estarão descritos no Balanço Social, a ser publicado em sequência.

A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias D'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2012.

**BALANÇO SOCIAL 2012****INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO**

- **Oficina de Ideias e Inovações** – A DETEN reconheceu e premiou os empregados que apresentaram as melhores ideias e inovações que geraram impactos econômicos ou de relevância organizacional. Dentre as Ideias/Inovações registradas, 14 foram implantadas, das quais 7 foram indicadas para premiação e premiadas.
- **Educação e treinamento** – A Empresa investiu R\$ 284 mil no aprimoramento intelectual de sua força de trabalho, contemplando bolsas parciais de estudo em cursos de pós-graduação, mestrado e língua estrangeira.
- **Programa de estágio** – A Empresa manteve sua ação de transferir experiência prática para jovens em formação. Em 2012, técnicos e universitários, representando 4,67% do quadro de pessoal, estagiaram na DETEN.
- **Emprego a portadores de necessidades especiais** – A DETEN, atendendo ao que preconiza a lei, mantém em seu quadro de pessoal portadores de necessidades especiais e empregados reabilitados.
- **Previdência Privada** – A Empresa proporciona a seus empregados a participação no Fundo de Previdência Privada IHPREV, que suplementa aposentadorias e pensões, melhorando a qualidade de vida dos seus aposentados e pensionistas. Em 2012, o investimento foi de R\$ 1.814 mil.
- **Vacinação** – Como parte do Programa de Qualidade de Vida, a Empresa ofereceu gratuitamente aos seus empregados vacinas contra Influenza A (H1N1). Foram vacinados 114 empregados.
- **Ginástica e Ergonomia** – Como parte do Programa de Qualidade de Vida e Promoção da Saúde, a Empresa incentiva a realização de ginástica laboral e realiza orientações ergonômicas para seus empregados. Realizada uma inspeção/semestre em todas as áreas para orientações ergonômicas.
- **Alimentação do trabalhador** – A DETEN proporciona alimentação balanceada, cardápio variado e opções de dietas, além de orientação nutricional para empregados, estagiários e contratados.
- **Transporte do empregado** – A DETEN, participando de Pool 1 de ônibus do Polo Industrial de Camaçari, oferece transporte aos empregados, estagiários e mão de obra temporária por meio de ônibus climatizados e em roteiros planejados que gerem o menor tempo possível de viagem.
- **Atendimento odontológico dentro da Empresa** – Em parceria com o SESI - Serviço Social da Indústria, foram realizados, gratuitamente em 2012, 579 procedimentos odontológicos a empregados, terceiros e estagiários, com atendimentos três dias/semana de janeiro a outubro/12 no Serviço Médico.
- **Grupo de Corridas** – Como parte do Programa de Qualidade de Vida, a DETEN estimula a prática de atividades físicas promovendo o Grupo de Corridas, que foi formado em 2005 e conta com cerca de 10% dos empregados. Em 2012, o grupo alcançou a marca de 1.427 km percorridos, com 168 participações em 32 provas diferentes, sendo que cada atleta do grupo percorreu, em média, 49 km durante o ano somente em competições.
- **Auxílio Academia** – A DETEN promove ajuda de custo para empregados regularmente matriculados em academias de ginástica e musculação.
- **GREDE - Grêmio Desportivo DETEN** – A Empresa investe em apoio ao grêmio de empregados na promoção de confraternizações tradicionais (Natal, São João, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças). O GREDE oferece aos associados diversas opções de lazer e convênios com clube social, estabelecimentos comerciais e escolas.
- **Participação nos lucros e resultados** – Em 2012, a DETEN manteve a prática instituída desde 1981 e pagou bonificação de 5,985 salários aos seus empregados, sob a forma de PLR - Participação nos Lucros e Resultados, como parte de seu Programa de Remuneração Variável.

**INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE, HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA**

Houve redução de 31% no número de acidentes pessoais envolvendo a força de trabalho. Apesar de ter ocorrido um acidente com afastamento envolvendo um empregado no início do ano, vale ressaltar que as causas do evento não estavam relacionadas com o desenvolvimento de sua atividade laboral. A melhoria neste indicador foi bastante positiva quando comparada com o ano anterior. Os programas **Melhoria da Segurança**, **Trilha Segura** e **Liderança Visível & Tolerância Zero frente aos Atos Inseguros** foram fundamentais para este resultado, observando-se uma elevação na percepção dos riscos pela força de trabalho (empregados e contratados) e maior engajamento das lideranças na execução das diversas ferramentas preventivas.

Ampliando ainda mais nossas fronteiras de segurança, foi retomado em 2012, o Programa **Segurança Fora do Trabalho**, cujo objetivo principal é revitalizar o programa existente e ampliar a cultura de segurança fora da empresa, uma vez que a DETEN já possui uma cultura bastante consolidada nas questões de SSHMA, utilizando sua força de trabalho como agente disseminador da cultura prevencionista entre familiares, amigos etc.

Entre os **objetivos e metas ambientais** da DETEN, pode-se destacar a execução dos programas de emissões fugitivas, com mais de 2 mil pontos monitorados com resultados bem abaixo do limite estabelecido e o de responsabilidade socioambiental.

**Programa Efluente Zero (PEZ)** – O programa, lançado em 2003, visava reduzir o volume de efluente da Empresa com emissão de 15m<sup>3</sup>/hora, quando da implantação do programa. Passados 9 anos, a emissão de efluentes foi reduzida em 73%, alcançando a marca recorde de 4m<sup>3</sup>/hora em 2012, apesar do aumento da produção no período. Trata-se de um programa inovador, confirmado pela obtenção dos prêmios FIEB de Desempenho Ambiental, na modalidade Produção Mais Limpas e segundo lugar no Prêmio Bahia Ambiental – categoria empresa sustentável, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) do Governo do Estado da Bahia.

**10ª Oficina de Saúde e Meio Ambiente** – Realizada no período de 02 a 06/06/12, com relevante participação da força de trabalho (empregados e contratados), a Oficina teve como destaque a palestra da Fisioterapeuta Vanessa Lessa que apresentou o tema "Qualidade de Vida", além da caminhada ecológica, no parque de Pituáçu (Salvador), com a participação dos familiares. Fez parte também da oficina a disponibilização de serviços na empresa para a força de trabalho, voltados para a saúde e bem-estar dos trabalhadores.

Em comemoração ao **Dia Mundial da Água** (22 de março), a DETEN realizou campanha voltada para "Educação e Conscientização". Com esse foco foi realizada palestra sobre a importância da preservação da água na Escola Normélio Moura – em Dias D'Ávila, buscando a conscientização do público jovem e divulgação das ações realizadas pela DETEN para a preservação deste recurso. Internamente, realizou campanha com distribuição de cartilhas, adesivos e jornais com dicas e cuidados para preservação da água, além de divulgação dos projetos da DETEN (em pôsteres) e sobre redução de água para toda a força de trabalho.

A Empresa manteve-se associada, através de sua empresa controladora CEPISA Química, à CLER – Council for LAB/LAS Environmental Research e à ECOSOL – European Chemical Industry Council, organizações americana e europeia, respectivamente, voltadas para a contínua pesquisa da compatibilidade ambiental e da biodegradabilidade do LAS, produzido a partir do LAB, principal produto da DETEN.

**DUTOVIA**

Em janeiro/2011, a DETEN colocou em operação, em parceria com o Terminal de Madre de Deus-Bahia, uma dutovia de 43 km de extensão para o transporte de sua principal matéria-prima, a normal-parafina, deixando para trás o modal rodoviário, que em 2012 obrigaria se percorrer 9.173 viagens (ida e volta), num total de cerca de 458.650 km por ano rodando-se pelas estradas, não fosse o investimento e processo implantado. O investimento aportado e o aprimoramento processual atingido renderam uma economia à sociedade, durante o ano de 2012, de cerca de 229.325 litros de diesel, combustível fóssil e grande gerador de poluentes. Tomando-se como base o consumo de uma camioneta movida a esse combustível (com performance média de 11 km/l), esse volume equivaleria à necessidade para se percorrer 6,6 vezes a distância da Terra à Lua. Importante comentar que essa medida em prol da sustentabilidade repetida, doravante, esse benefício nos próximos anos, além de proporcionar a eliminação do risco de acidente nas estradas.

**RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES**

Fortalecendo as parcerias, a DETEN informa mensalmente a seus fornecedores a sua respectiva avaliação resultante do fornecimento de materiais e/ou serviços. Além deste *feedback*, a DETEN participa, juntamente, com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, do Programa de Qualificação de Fornecedor - PQF, que tem como objetivo aumentar o volume e a qualidade dos negócios realizados no Estado da Bahia. Essa iniciativa foi reconhecida pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI como uma das melhores práticas nacionais do setor. Tais instrumentos são considerados muito importantes tanto para os fornecedores como para a DETEN, pois com essas informações seu planejamento é feito para atendimento aos requisitos, sustentabilidade, perpetuação dos Fornecedores, abrindo o caminho para a excelência. No ano de 2012, a avaliação média de fornecedores e prestadores de serviço obteve nota 8,94, o que demonstra que as ações tomadas estão gerando resultados.

**INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EXTERNOS**

A Empresa tem como política o apoio a instituições comprometidas com projetos socioambientais. Em 2012 houve investimentos nos seguintes projetos:

**TAMAR – Base Arembepe** – Apoio ao programa brasileiro de preservação das tartarugas marinhas, com 32 anos de atuação e que tem como missão proteger as cinco espécies de tartarugas que ocorrem no Brasil. Em 2012, 1.932 tartarugas desovaram na área de cobertura da base de Arembepe/BA, resultando na liberação de 152.369 filhotes ao mar. Nesse período, foram registradas 65.432 participações de pessoas nos diversos programas desenvolvidos, sendo: 22.669 visitantes na base, 1.604 estudantes visitaram a base, 1.176 em palestras, 3.208 em eventos comunitários, 5.668 em eventos de soltura dos filhotes, 29.417 em exposições, 514 estudantes da escolinha do TAMAR e foram realizados 1.183 atendimentos especiais. Em todo o Brasil, as comunidades circunvizinhas estão fortemente comprometidas com o projeto, visto que 80% das pessoas envolvidas com o manejo e a preservação das tartarugas são moradores das comunidades costeiras. Na base de Arembepe, 70% são moradores locais e 94% das comunidades circunvizinhas são atingidas diretamente pelas ações socioambientais do projeto.

**Fábrica de Florestas - Corredor Ecológico** – A partir de setembro de 2012, o INCECC passou a se chamar Instituto Fábrica de Florestas - IFF, mantendo seu foco de ações na Educação e Conservação Ambiental, especialmente na Mata Atlântica e no Anel Florestal do PIC. Cerca de 6,5 hectares foram incorporados ao processo de restauração florestal do projeto, com o plantio de 14.500 mudas típicas da região. Outras 25.000 mudas foram disponibilizadas para plantio por parceiros, totalizando aproximadamente 40 mil mudas plantadas em 2012, o que representa 22% das 176 mil mudas produzidas. Neste ano o IFF, apesar de diminuir a quantidade de mudas produzidas, alcançou a diversidade de 100 espécies nativas. Das mudas plantadas, 5.000 representam o patrocínio que a Deten renova anualmente com o Projeto. Estas mudas foram plantadas nas margens do Riacho bandeira, principal afluente do Rio Camaçari, e correspondem a 2 hectares. Para disseminar as ações e capacitar comunidades, a DETEN patrocinou também a realização do 9º Seminário de Restauração Ecológica (julho/2012), para 38 participantes que conheceram a área em processo de restauração, no Anel Florestal, realizaram um plantio simbólico e aprenderam sobre a importância das ações de manutenção para o sucesso do restauro.


**BALANÇO SOCIAL 2012**

&gt;&gt;&gt; Continuação

**Programa Menor Aprendiz** – ADETEN deu continuidade à sua participação na formação de adolescentes carentes em parceria com a Acopamec – Centro do Menor João João Paulo II, associação das comunidades parquiais de bairros carentes de Salvador (Mata Escura e Calabeteão).

A DETEN manteve, em 2012, seu programa de receber a visita de alunos de ensino médio e superior, tendo recebido 207 estudantes em 6 ocasiões em 2012.

**PROJETOS em PARCERIA COM O COFIC** – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - associação que congrega empresas do Polo Industrial de Camaçari e exerce os papéis de articulação e coordenação de ações de natureza coletiva:

**Ver de Dentro** – Programa de visitas às empresas do Polo Industrial para manter as comunidades informadas sobre as atividades e controles de riscos do Complexo Industrial. A DETEN foi visitada em duas ocasiões, totalizando 57 pessoas entre alunos e professores das escolas Padre Torrend de Dias D'Ávila e do IFBA – Porto Seguro (Alunos do curso Técnico em biocombustíveis).

**Programa de Incentivo à Educação - PIE** – Em 2012, foram desenvolvidas 81 atividades do PIE, com carga horária total de 310h. Participaram do programa 59 escolas (34 de Camaçari e 25 de Dias d'Ávila), totalizando o envolvimento de 459 professores, 6.347 alunos e 73 funcionários.

**Programa Construindo o Futuro** - Programa criado em 2011 com o objetivo de levar informações sobre as carreiras técnicas existentes no Polo para estudantes das escolas públicas e fortalecer vínculo das empresas do Polo Industrial de Camaçari com as escolas e comunidades vizinhas, além de despertar nos estudantes das escolas públicas o interesse em trabalhar na indústria, especialmente no Polo de Camaçari. Em 2012, o Programa contou com a participação de 11 indústrias do Polo, 14 escolas das comunidades vizinhas das cidades de Camaçari e Dias d'Ávila, e 1.255 alunos ao longo do ano. A DETEN realizou apresentação na Escola Padre Torrend (Dias d'Ávila) para 70 pessoas entre alunos e professores. Na oportunidade, foi apresentado o vídeo institucional da Companhia, distribuídos panfletos informativos sobre o programa e ministrada palestra sobre a carreira de Operador de Processo Industrial.

**Conselho Consultivo (Comunidades)** - Em dezembro de 1994, o Comitê de Fomento Industrial de Camaçari – COFIC - associação que representa as empresas do Polo Industrial de Camaçari - constituiu em um Conselho Consultivo, formado por representantes das comunidades vizinhas, com o objetivo de intensificar a aproximação do complexo industrial com essas comunidades. Funcionando há 17 anos, suas reuniões que acontecem a cada dois meses e tratam de temas como segurança industrial, saúde ocupacional, proteção ambiental e responsabilidade social. Um indicador da boa relação das empresas do complexo industrial com as comunidades vizinhas são as participações ativas nas reuniões e contribuições dos participantes. Em 2012, o Conselho Consultivo se reuniu 5 vezes.

**DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO**

**Programa Coleta Seletiva** - Como resultado da venda de sucatas metálicas, foram distribuídos R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), em quotas de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais), por meio do "Cheque Verde", para 4 entidades: três localizadas em Salvador: Casa de Repouso Bom Jesus, Lar da Criança e Associação Solidária de Grupo de Apoio ao Paciente Portador de Câncer - ASGAP; uma em Simões Filho - Centro Comunitário Batista Salamina - CECBASA.

No total foram enviados aproximadamente 16 toneladas de papel, papelão, plástico e vidro para a Cooperativa de Materiais Recicláveis de Camaçari – COOPMARC. O material recolhido é doado a essa cooperativa, que ajuda na subsistência de seus integrantes, o que tem sido motivo de orgulho para a comunidade interna. Além desses materiais, a DETEN recicla lâmpadas, óleo lubrificante, pilhas e baterias, entre outros.

**CERTIFICAÇÕES EM NORMAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS**

**Recertificação nas Normas ISOs e OHSAS** – Em maio de 2012, a DETEN submeteu seu Sistema Integrado de Gestão Avançada - SIGA à Auditoria Externa de Manutenção nas normas: OHSAS 18001:2007, ISO 14001:2004 e ISO 9001: 2008, atendendo respectivamente a todos os requisitos da norma de Segurança e Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Qualidade.

**SPIE – Serviço Próprio de Inspeção de Equipamentos** - A DETEN teve seu Sistema Manutenção avaliado pelos auditores do IBP – Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biodiesel, tomando como base os requisitos da NR-13 e Portarias 349 e 351/2009 do Inmetro para certificação no SPIE. Não foi identificada nenhuma não-conformidade e, em seu parecer, os auditores recomendaram a certificação ao IBP. A certificação foi submetida à avaliação final da Comissão de Certificação (ComCer), que analisou o relatório final dos auditores e aprovou a certificação do SPIE da DETEN em 14/03/13. Como etapa final do processo, aguardamos o pronunciamento formal do Órgão Certificador (IBP).

**PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS**

**Prêmio Polo de Segurança, Saúde, Higiene e Meio Ambiente** – Em março 2012, a DETEN passou pela auditoria externa, com base no Guia do Prêmio Polo do COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari e obteve a maior pontuação entre as participantes na categoria Ouro, com 95,3% de conformidade, demonstrando o alinhamento da Empresa com as questões de SSHMA. Apesar do excelente resultado, foi efetuada análise crítica das recomendações da auditoria, envolvendo as lideranças e a força de trabalho, visando à melhoria contínua do sistema de gestão da Organização.

**Prêmio FIEB Ambiental** – Em agosto 2012, a DETEN conquistou o prêmio de Desempenho Ambiental na categoria de Responsabilidade Socioambiental na décima edição do prêmio FIEB – Federação das Indústrias do Estado da Bahia com o projeto "Cheque Verde". Este projeto visa reciclar resíduos oriundos do processo industrial como sucatas metálicas e óleo lubrificante e reverte os valores em benefícios para Organizações Não-Governamentais - ONGs, que acolhem e cuidam de pessoas carentes.

**Melhores Práticas de Estágio - Prêmio IEL – Instituto Euvaldo Lodi** – A DETEN conquistou, por dois anos consecutivos, o 1º lugar no prêmio regional - categoria média empresa (2007 e 2008). No ano de 2009, conquistou o terceiro lugar no Prêmio Nacional. Em 2011 e 2012, foi finalista no Prêmio Regional, na categoria Média Empresa.

A DETEN foi citada espontânea e positivamente na mídia escrita em 8 ocasiões durante o ano de 2012.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)				
DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
<b>1 - RECEITAS</b>	<b>1.132.513</b>		<b>960.016</b>	
1.1 - Vendas de produtos	1.132.447		959.823	
1.2 - Outras Receitas	66		193	
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>794.412</b>		<b>659.270</b>	
2.1 - Custo dos produtos vendidos	735.997		617.541	
2.2 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	54.974		43.523	
2.3 - Perda / Recuperação de valores ativos	1.632		1.046	
2.4 - Outras - Constituição / (Reversão) de Provisão	1.809		(2.840)	
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>338.101</b>		<b>300.746</b>	
<b>4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>8.635</b>		<b>10.861</b>	
4.1 - Depreciação e amortização	8.635		10.861	
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>329.466</b>		<b>289.885</b>	
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>18.092</b>		<b>15.551</b>	
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(1)		(1)	
6.2 - Receitas financeiras	18.093		15.552	
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>347.558</b>		<b>305.436</b>	
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>347.558</b>	<b>100,0</b>	<b>305.436</b>	<b>100,0</b>
8.1 - Pessoal e encargos	43.144	12,4	43.475	14,2
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	221.139	63,6	188.536	61,7
8.3 - Juros e aluguéis (reversão de provisão)	12.811	3,7	8.469	2,8
8.4 - Dividendos	65.604	18,9	56.173	18,4
8.5 - Lucros retidos	4.860	1,4	8.783	2,9

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
	Notas	2012	2011		Notas	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	48.234	34.939	Fornecedores	12	52.566	29.668
Contas a receber de clientes	5	93.876	90.329	Empréstimos	13	21.850	12.817
Estoques	6	133.662	99.406	Bonificações e comissões a pagar		8.670	8.723
Impostos e contribuições a recuperar	7	11.319	6.788	Obrigações tributárias		8.937	8.904
Outros ativos		2.489	1.968	Obrigações trabalhistas		12.312	12.499
Total do ativo circulante		289.580	233.430	Dividendos a pagar	15 (f)	16.401	3.753
Não circulante				Outros passivos		5.520	2.205
Depósitos judiciais	14	45.630	43.268	Total do passivo circulante		126.256	78.569
Almoxarifado		5.946	5.735	Não circulante			
Impostos e contribuições a recuperar	7	2.000	1.640	Imposto de renda diferido	16 (b)	2.115	1.252
Ativo não circulante mantido para venda	8	1.821	1.821	Partes relacionadas	9	3.754	3.755
Investimentos	10	4.116	4.099	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais	14	1.809	1.059
Imobilizado	11 (a)	93.663	91.377	Total do passivo não circulante		7.678	6.066
Intangível	11 (b)	4.381	4.534	Patrimônio líquido			
Total do ativo não circulante		157.557	152.474	Capital social		213.056	213.056
Total do ativo		447.137	385.904	Reservas de lucros		50.944	46.084
				Dividendos adicionais propostos		49.203	42.129
				Total do patrimônio líquido	15	313.203	301.269
				Total do passivo e patrimônio líquido		447.137	385.904

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua &gt;&gt;&gt;


**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

&gt;&gt;&gt; Continuação

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Dividendos adicionais propostos	Total
			Legal	Incentivo fiscal			
Em 1º de janeiro de 2011		213.056	37.301	-	-	39.058	289.415
Lucro líquido do exercício		-	-	-	64.956	-	64.956
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:	15 (f)	-	2.956	5.827	(8.783)	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	(14.044)	(39.058)	(53.102)
Dividendos intermediários propostos		-	-	-	-	42.129	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(42.129)	-	-
Em 31 de dezembro de 2011		213.056	40.257	5.827	-	42.129	301.269
Dividendos pagos		-	-	-	-	(42.129)	(42.129)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	70.464	-	70.464
Contribuições dos acionistas e distribuição aos acionistas		-	-	-	-	-	-
Destinação do lucro:	15 (f)	-	2.353	2.507	(4.860)	-	-
Reservas de lucros		-	-	-	(16.401)	-	(16.401)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	(49.203)	49.203	-
Em 31 de dezembro de 2012		213.056	42.610	8.334	-	49.203	313.203

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	Notas	2012	2011
Receita operacional líquida	17	776.913	652.669
Custo dos produtos vendidos		(620.268)	(521.447)
Lucro bruto operacional		156.645	131.222
Despesas com vendas	18	(40.933)	(34.369)
Despesas gerais e administrativas	19	(19.328)	(17.140)
Honorários dos administradores	9 (b)	(1.479)	(2.332)
Depreciações e amortizações	11	(1.188)	(1.069)
Participação dos empregados e administradores nos resultados		(4.967)	(5.440)
Participação nos resultados de controlada	10 (b)	(1)	(1)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(3.375)	1.988
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		85.375	72.859
Receitas financeiras	20	18.093	15.552
Despesas financeiras	20	(12.885)	(8.451)
Lucro antes do imposto de renda		90.582	79.960
Imposto de renda			
Corrente	16 (a)	(19.257)	(13.786)
Diferido ativo	16 (b)	(381)	(592)
Diferido passivo	16 (b)	(480)	(626)
Lucro líquido do exercício		70.464	64.956
Quantidade de ações (em milhares)		99.327.769	99.327.769
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia - em R\$		0,71	0,65

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	2012	2011
Lucro líquido do período	70.464	64.956
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	70.464	64.956

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

	Notas	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda		90.582	79.960
Ajuste de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro com o fluxo de caixa			
Depreciação e amortização	11 (a) e (b)	8.635	10.861
Valor residual do ativo imobilizado baixado	11 (a)	15	55
Resultado de controlada reconhecido por equivalência patrimonial	10 (b)	1	1
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida		745	(188)
Constituição (reversão) de provisão para perda com investimento		(18)	(154)
Variações monetárias, líquidas		(1.924)	(2.634)
Lucro antes do imposto de renda ajustado		98.036	87.901
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes		(3.547)	(23.350)
Estoques		(34.256)	(42.841)
Impostos e contribuições a recuperar		(4.891)	(778)
Depósitos judiciais		(438)	4.944
Outros ativos		(770)	(3.843)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores		22.898	23.043
Obrigações tributárias		33	2.673
Provisão para contingências		(1)	(793)
Outros passivos		(215)	(123)
Imposto de renda pago		(20.081)	(17.197)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		56.768	29.636
Atividades de investimentos			
Compras de imobilizado e de ativos intangíveis	11 (a) e (b)	(10.782)	(16.286)
Valor recebido pela venda de imobilizado	11 (a)	37	82
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(10.745)	(16.204)
Atividades de financiamento			
Captação de empréstimos		86.454	50.424
Pagamento de empréstimos		(77.053)	(65.746)
Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		(42.129)	(49.349)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(32.728)	(64.671)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		13.295	(51.239)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	34.939	86.178
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	48.234	34.939
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa		13.295	(51.239)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

**1. Informações gerais**

A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no Polo Petroquímico de Camaçari – Bahia e tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (69,94% do capital total) e PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A. (27,88% do capital total). A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 25 de janeiro de 2013.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis**  
 As principais políticas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A principal área que requer maior nível de julgamento refere-se às provisões para contingências; conforme apresentado na Nota 14, a administração, com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos, avalia a necessidade de registrar provisões para contingências. O desfecho dessas causas judiciais e administrativas pode resultar em efeitos diferentes daqueles previstos pela administração na elaboração dessas demonstrações financeiras. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

Não existem novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs em vigência a partir de 2012 que poderiam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

**Conversão de moeda estrangeira**
**(a) Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nessas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal

ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia.

**(b) Transações e saldos**

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas".

**2.1 - Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, bem como contas garantidas (Nota 4).

**2.2 - Ativos financeiros**
**2.2.1 - Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

**(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

**(b) Empréstimos e recebíveis**

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem as "Contas a receber de clientes" e "Caixa e equivalentes de caixa" (Notas 5 e 4).

Continua &gt;&gt;&gt;


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

&gt;&gt;&gt; Continuação

**2.2.2 - Reconhecimento e mensuração**

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido todos os riscos e os benefícios significativos da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado.

**2.2.3 - Impairment de ativos financeiros**
**(a) Ativos mensurados ao custo amortizado**

A Companhia avalia no final de cada data de balanço se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são reconhecidos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e esse evento (ou eventos) de perda tem impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) Quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) A Companhia, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garante ao tomador uma concessão que o credor não consideraria;
- (iv) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição possa não ser ainda identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado.

Caso um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Caso, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

**2.3 - Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias no decorrer normal das atividades da Companhia. Quando o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante; caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou "*impairment*").

**2.4 - Estoques**

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de produção, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

**2.5 - Ativo não circulante mantido para venda**

Os ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. O saldo apresentado refere-se a terreno e construções (Nota 8).

**2.6 - Depósitos judiciais**

Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente depositado judicialmente, acrescido das respectivas atualizações financeiras pela SELIC até a data do encerramento do exercício.

**2.7 - Impostos e contribuições a recuperar**

Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados entre o circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

**2.8 - Investimentos**

A participação em sociedade controlada (Detenpar Empreendimentos Ltda. - "Detenpar") é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Essa controlada não possui operações e, basicamente, seu ativo é composto por mútuo com a Companhia em contrapartida do patrimônio líquido, os quais seriam totalmente eliminados em um eventual processo de consolidação das demonstrações financeiras. Diante desse cenário, a Companhia considerou que a não apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, incluindo a sua única controlada, não prejudicaria o entendimento e a apresentação das demonstrações financeiras como um todo.

Os demais investimentos referem-se à participação não relevante em outras empresas e são demonstradas ao custo.

**2.9 - Imobilizado**

Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<b>Anos</b>
Edificações	60
Máquinas e equipamentos	22-30
Veículos	10
Móveis e utensílios	20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, quando necessário, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

**2.10 - Impairment de ativos não financeiros**

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

**2.11 - Intangível**

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo;
- O *software* pode ser usado;
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar o *software*;
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Outros custos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 11 (b).

**2.12 - Fornecedores**

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano; caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

**2.13 - Empréstimos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os empréstimos apresentados referem-se a Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) e Adiantamento de Contrato de Exportação (ACE), em moeda estrangeira (dólar estadunidense), com taxas de juros que variam de 0,78% a 1,91% a.a.. Esses adiantamentos estão relacionados às exportações de produtos da Companhia (Nota 13).

**2.14 - Provisão para contingências**

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

**2.15 - Imposto de renda corrente e diferido**

As despesas de imposto de renda do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na extensão em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso e quando aplicável, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, respectivamente.

O encargo de imposto de renda é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço do país em que a Companhia atua e gera lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. A Companhia não é contribuinte da contribuição social sobre o lucro líquido (Nota 14 (b)).

O imposto de renda corrente é apresentado líquido no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda diferido é reconhecido usando-se o método do passivo, sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral, quando relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

A Companhia gozou de benefícios fiscais de isenção do imposto de renda até 31 de dezembro de 2007, sobre o lucro da exploração decorrente da produção industrial relativa à capacidade de 175.200 toneladas/ano de LAB - Alquilbenzeno Linear e 80.000 toneladas/ano de LAS - Linear Alquilbenzeno Sulfonado.

Em 21 de junho de 2011, a Companhia obteve da SUDENE o reconhecimento do direito ao benefício de redução do imposto de renda, no percentual de 12,5% para o período de 2009 a 2013. Os valores retroativos correspondentes aos exercícios de 2009 e de 2010 foram reconhecidos no resultado do exercício de 2011, na rubrica Imposto de renda corrente, devido ao fato da confirmação do benefício ter ocorrido somente em 2011, vide Nota 15 (d).

**2.16 - Benefícios a empregados**
**(a) Benefícios pós-emprego**

A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida. Atualmente, a Companhia possui 48 participantes, sendo 4 ativos e 44 assistidos no plano de benefício definido. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Continua &gt;&gt;&gt;


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

&gt;&gt;&gt; Continuação

A Companhia adota o método do "corredor" para reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. Dessa forma, as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, que excederem 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano, são debitadas ao resultado no período esperado de serviço remunerado dos funcionários. O regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, assim a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego por um período de tempo específico (período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível (Nota 21).

**(b) Participação nos lucros**

A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

**2.17 - Bonificações e comissões a pagar**

As bonificações e comissões a pagar são calculadas de acordo com as condições contratuais que são vinculadas às compras efetuadas pelos clientes, e são contabilizadas pelo regime de competência.

**2.18 - Apuração do resultado**

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência dos exercícios. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

**2.19 - Reconhecimento da receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

**(a) Venda de produtos**

A Companhia fabrica e vende matérias-primas para fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral sendo, substancialmente, Linear Alquilbenzeno (LAB) e Ácido Alquilbenzeno Sulfônico (LAS). As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para os respectivos clientes e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos. Quando a Companhia é responsável pela entrega, a receita não é reconhecida até que: (i) os produtos tenham sido entregues no local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para os clientes; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

A Companhia possui política de bonificações aos seus clientes baseadas principalmente em exclusividade e volume. As bonificações são calculadas com base no preço contratado e no volume de compras realizadas no mês anterior, líquido de devoluções. As bonificações por volume são avaliadas com base nas compras anuais previstas e são registradas no resultado em conta redutora à receita quando o volume atinge a quantidade que dá direito à bonificação.

**(b) Receita financeira**

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

**2.20 - Distribuição de dividendos**

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

**3. Pronunciamentos técnicos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012**

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa. A Administração da Empresa não espera que essas normas e interpretações produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura.

**9. Saldos e transações com partes relacionadas**
**(a) Transações e saldos**

	Saldos				Transações							
	Ativo circulante		Passivo circulante		Passivo não circulante		Vendas de produtos		Produtos adquiridos		Matérias-primas adquiridas	
	Contas a receber de clientes		Fornecedores		Mútuos		2012	2011	2012	2011	2012	2011
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Acionistas e controlada:												
Cepsa Química S.A.	283	-	45.801	21.262	-	-	9.470	1.297	21.034	32.918	262.501	190.399
Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras")	-	-	341	1.347	-	-	-	-	-	-	174.357	136.580
Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar")	-	-	-	-	3.754	3.755	-	-	-	-	-	-
	<b>283</b>	<b>-</b>	<b>46.142</b>	<b>22.609</b>	<b>3.754</b>	<b>3.755</b>	<b>9.470</b>	<b>1.297</b>	<b>21.034</b>	<b>32.918</b>	<b>436.858</b>	<b>326.979</b>

Em vendas de produtos são apresentadas as transações relativas à venda de ALP – Alquilado Pesado e LAB – Alquilbenzeno Linear. Em produtos e matérias-primas adquiridas são apresentadas as transações referentes à aquisição de LAB, Normal Parafina e Enxofre, respectivamente, utilizados para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. Os saldos mantidos em mútuo com a Detenpar não são remunerados e não possuem vencimento determinado.

**(b) Remuneração do pessoal chave da administração**

O pessoal chave da administração inclui os diretores e membros do Comitê Executivo. A remuneração paga por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi de R\$ 1.479 (2011 – R\$ 2.332). Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a títulos de participação nos resultados, no montante de R\$ 614 (2011 – R\$ 653) que estão apresentados na rubrica de participação dos empregados e administradores nos resultados, na demonstração do resultado.

**10. Investimentos**

	2012	2011
Investimento em controlada	3.760	3.761
Outros investimentos avaliados ao custo	356	338
	<b>4.116</b>	<b>4.099</b>

**4. Caixa e equivalentes de caixa**

	2012	2011
Caixa	8	11
Bancos conta movimento	2.596	3.665
Títulos e valores mobiliários – CDB pós-fixada (a)	45.630	31.263
	<b>48.234</b>	<b>34.939</b>

Em 31 de dezembro de 2012, os CDBs foram remunerados por uma taxa média de 100,34% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

A Companhia busca manter disponibilidade de numerários suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; (iii) para pagamentos de dividendos; e (iv) às eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

(a) Considerando que as aplicações possuem liquidez imediata pelas taxas contratadas ou resgatáveis no prazo de 90 dias da data da aplicação, que estas operações foram contratadas em condições normais com instituições financeiras e que os respectivos rendimentos ou encargos financeiros estão sendo contabilizados pela taxa efetiva de juros, tais operações já estão contabilizadas a valor de mercado. As aplicações são classificadas como equivalentes de caixa, conforme a descrição do CPC 3 (R2).

**5. Contas a receber de clientes**

	2012	2011
Clientes no país	81.609	83.488
Clientes no exterior	13.545	8.195
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(1.278)	(1.354)
	<b>93.876</b>	<b>90.329</b>

A seguir é demonstrada a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	2012	2011
Saldo em 1º de janeiro de 2011		(1.354)
Saldo em 31 de dezembro de 2011		(1.354)
Reversão por recebimento		76
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>		<b>(1.278)</b>

**6. Estoques**

	2012	2011
Produtos acabados	59.852	63.374
Produtos em processo	1.087	871
Matérias-primas	36.309	22.880
Almoxarifado	3.360	3.216
Importações em andamento	27.935	4.477
Adiantamento a fornecedores	1.603	428
Materiais secundários	3.516	4.160
	<b>133.662</b>	<b>99.406</b>

Os estoques de matérias-primas são compostos principalmente por benzeno, normal parafina e catalisadores. Os estoques de almoxarifado são compostos principalmente por materiais de proteção e segurança (EPI's), peças de reposições para as unidades fabris, materiais de escritório, entre outros, os quais serão consumidos no curto prazo, por isso, são mantidos no estoque.

**7. Impostos e contribuições a recuperar**

	2012	2011
ICMS	8.004	4.530
ICMS sobre ativo imobilizado	2.111	1.628
Imposto de renda	20	788
IRRF sobre aplicações financeiras	199	134
PIS a recuperar	343	92
COFINS a recuperar	1.580	423
Outros	1.062	833
	<b>13.319</b>	<b>8.428</b>
Circulante	11.319	6.788
Não Circulante	2.000	1.640

Os créditos de ICMS são originários das compras de insumos. O crescimento do saldo em 2012 é decorrente de maior estoque das matérias-primas e do maior volume de exportações de produtos no período.

**8. Ativo não circulante mantido para venda**

Refere-se ao terreno e edificações da antiga fábrica localizada em São Caetano do Sul; esses ativos foram reclassificados para ativo não circulante mantido para venda, em virtude de contrato de promessa de compra e venda firmado em 2011. A Companhia recebeu a título de adiantamento o montante de R\$ 355 e a expectativa de conclusão dessa venda é até dezembro de 2014.

**(a) Informações sobre o investimento em controlada – Detenpar**

	2012	2011
Quantidade de quotas possuídas (em milhares)	483	483
Participação no capital integralizado - %	100	100
Patrimônio líquido ajustado	3.760	3.761
Prejuízo do exercício	(1)	(1)

**(b) Movimentação do investimento em controlada - Detenpar**

	2012	2011
Saldo do investimento no início do exercício	3.761	3.762
Equivalência patrimonial	(1)	(1)
Saldo do investimento no final do exercício	<b>3.760</b>	<b>3.761</b>

A controlada Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar") atualmente encontra-se com as atividades operacionais paralisadas. Os ativos desta controlada estão registrados a valores próximos aos de realização. A administração da Companhia avalia um novo objetivo social para essa controlada.

**(c) Outros investimentos avaliados ao custo**

Referem-se, basicamente, a investimentos em outras empresas (Braskem, Cetrel e Desenbahia) com participação não relevante.

Continua &gt;&gt;&gt;


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

&gt;&gt;&gt; Continuação

**11. Imobilizado e Intangível**

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e Utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1.773	6.748	70.476	204	882	2.455	82.538	5.252	87.790
Aquisições	-	-	285	-	6	7.540	7.831	7.874	15.705
Baixas líquidas	(1.770)	(47)	(6)	(50)	-	(4)	(1.877)	-	(1.877)
Transferências	-	1.205	11.952	-	84	(3.382)	9.859	(10.422)	(563)
Depreciação	-	(221)	(9.373)	(25)	(50)	(9)	(9.678)	-	(9.678)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>3</u>	<u>7.685</u>	<u>73.334</u>	<u>129</u>	<u>922</u>	<u>6.600</u>	<u>88.673</u>	<u>2.704</u>	<u>91.377</u>
Custo total	<b>3</b>	<b>14.455</b>	<b>260.639</b>	<b>694</b>	<b>2.709</b>	<b>9.825</b>	<b>288.325</b>	<b>2.704</b>	<b>291.029</b>
Depreciação acumulada	-	(6.770)	(187.305)	(565)	(1.787)	(3.225)	(199.652)	-	(199.652)
Valor residual	<u>3</u>	<u>7.685</u>	<u>73.334</u>	<u>129</u>	<u>922</u>	<u>6.600</u>	<u>88.673</u>	<u>2.704</u>	<u>91.377</u>
Aquisições	-	-	394	-	1	6.058	6.453	3.721	10.174
Baixas líquidas	-	-	(14)	-	-	-	(14)	-	(14)
Transferências	-	488	7.834	158	30	(5.835)	2.675	(2.937)	(262)
Depreciação	-	(276)	(7.235)	(23)	(68)	(10)	(7.612)	-	(7.612)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>3</u>	<u>7.897</u>	<u>74.313</u>	<u>264</u>	<u>885</u>	<u>6.813</u>	<u>90.175</u>	<u>3.488</u>	<u>93.663</u>
Custo total	<b>3</b>	<b>14.943</b>	<b>268.840</b>	<b>852</b>	<b>2.739</b>	<b>10.048</b>	<b>297.425</b>	<b>3.488</b>	<b>300.913</b>
Depreciação acumulada	-	(7.046)	(194.527)	(588)	(1.854)	(3.235)	(207.250)	-	(207.250)
	<u>3</u>	<u>7.897</u>	<u>74.313</u>	<u>264</u>	<u>885</u>	<u>6.813</u>	<u>90.175</u>	<u>3.488</u>	<u>93.663</u>
Taxas anuais de depreciação - %		2	4	10	3	Até 2			

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 7.307 (2011 – R\$ 9.372) e a despesa, R\$ 307 (2011 – R\$ 306).

A Companhia efetuou a baixa pela venda de ativos imobilizados, cuja receita de vendas foi de R\$ 37 (2011 – R\$ 82), registrada na rubrica de Outras despesas (receitas) operacionais, líquidas, no resultado do exercício. As obras em andamento correspondem, principalmente, a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, projetos nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde, tecnologia e segurança, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2013.

A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que as mesmas são efetuadas anualmente. No exercício de 2012, foi alocado ao resultado o montante de R\$ 4.259 (2011 – R\$ 4.785) relativo à respectiva parada.

**(b) Intangível**

	Saldo 31/12/2010	Adições	Transferência do imobilizado	Saldo 31/12/2011	Adições	Transferência do imobilizado	Saldo 31/12/2012
Custo	6.183	581	563	7.327	610	260	8.197
Amortização acumulada	(1.968)	(825)	-	(2.793)	(1.023)	-	(3.816)
Total	<u>4.215</u>	<u>(244)</u>	<u>563</u>	<u>4.534</u>	<u>(413)</u>	<u>260</u>	<u>4.381</u>

Taxas anuais de amortização - 20%

A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 140 (2011 – R\$ 292) e a despesa, R\$ 880 (2011 – R\$ 533).

**12. Fornecedores**

	2012	2011
Fornecedores nacionais	<b>6.570</b>	7.430
Fornecedores estrangeiros	<b>45.996</b>	22.238
	<u><b>52.566</b></u>	<u>29.668</u>

Os fornecedores estrangeiros estão, substancialmente, relacionados a compras de partes relacionadas conforme demonstrado na Nota 9, e estão vinculados ao dólar estadunidense.

**13. Empréstimos**

	Encargos financeiros	2012	2011
<b>Moeda Estrangeira</b>			
ACC – Adiantamento de contrato de câmbio	U.S. Dólar + juros de 0,78 a 1,91% a.a.	<b>21.010</b>	12.817
ACE – Adiantamento de contrato de exportação	U.S. Dólar + juros de 0,78 a 1,91% a.a.	<b>840</b>	-
		<u><b>21.850</b></u>	<u>12.817</u>

Os empréstimos possuem vencimento de curto prazo e não têm garantia.

**14. Provisão para riscos fiscais, trabalhistas, cíveis e depósitos judiciais**

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como vem discutindo questões nas esferas administrativas e judiciais referentes a processos trabalhistas e cíveis. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2012, mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes. A Companhia mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a requerimentos judiciais, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão	
	2012	2011	2012	2011
Cíveis e trabalhistas	<b>1.530</b>	1.049	<b>1.264</b>	519
IPI e Imposto sobre importação ("II") sobre importações de catalisadores (a)	<b>1.022</b>	1.001	<b>545</b>	540
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (b)	<b>36.221</b>	34.780	-	-
PIS LC 07/70 (c)	<b>6.857</b>	6.438	-	-
	<u><b>45.630</b></u>	<u>43.268</u>	<u><b>1.809</b></u>	<u>1.059</u>

**(a) IPI e II sobre importações de catalisadores**

A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos. A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, mantém provisão de R\$ 545 (2011 – R\$ 540), equivalente ao valor estimado de perda no processo.

**(b) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido**

Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado que lhe assegurou o direito ao não recolhimento da CSLL. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia e lavrou Autos de Infração no montante de R\$ 58.604, acrescidos de multa e juros.

A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R\$ 16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em 1ª instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso.

Em 13 de junho de 2007, 16 de fevereiro de 2009 e 21 de junho de 2010, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, 2005 a 2007 e 2008, respectivamente, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foram lavrados Autos de Infração no montante de R\$ 46.611, R\$ 46.929 e R\$ 16.499, respectivamente, cujo montante, acrescido de multa isolada e juros, totaliza R\$ 110.039.

No 2º semestre de 2010, os Recursos promovidos pela União relativos às autuações dos exercícios fiscais de 1997 e 1998, bem como a Apelação do Mandado de Segurança foram julgados favoráveis para a Companhia pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região (2ª Instância), contudo a União interpôs Recurso de Embargos de Declaração no processo do Mandado de Segurança, o qual foi negado provimento por unanimidade pelo TR. Em 24 de outubro de 2012, a União interpôs o Recurso Especial e Recurso Extraordinário, e a Companhia apresentou suas contra razões, cujos recursos estão em processamento e avaliação quanto à admissibilidade.

Em 26 de outubro de 2012, a Companhia foi novamente autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais 2009 e 2010, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$ 13.167, incluindo apenas os juros de mora.

Baseados no entendimento de que há decisão judicial transitada em julgado favorável a Companhia, e no fato de a União não ter tentado ação rescisória para desconstituir a citada decisão, os assessores jurídicos externos acreditam que a Companhia deverá obter êxito em seus pleitos de manutenção do não recolhimento da CSLL. Com relação a eventuais reflexos de recente decisão do Supremo Tribunal Justiça sobre o mesmo assunto, no caso do Banco de Brasília, os assessores jurídicos ratificaram a expectativa de êxito, alegando que ainda que a Fazenda Nacional reverta a decisão obtida pela Companhia, há sempre a possibilidade de se obter uma modulação dos efeitos desta decisão, a fim de que a cobrança da CSLL venha a ser feita somente a partir desse novo julgamento, sem retroagir a períodos anteriores. A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera reversão da sentença judicial transitada em julgado que isentou a Companhia do recolhimento da referida contribuição para os exercícios fiscais de 1988 e anos subsequentes. Desta forma, não foi constituída provisão para fazer face a estes autos de infração nem para os exercícios não revisados pela fiscalização da Receita Federal.

**(c) PIS LC 07/70**

Refere-se, basicamente, a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R\$ 4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente às cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Leis nºs 2.448 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas para esse processo, e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo do depósito judicial atualizado é de R\$ 6.857 (2011 – R\$ 6.438).

Encontram-se ainda em andamento ações indenizatórias de naturezas tributária, cível e trabalhista movidas contra a Companhia que de acordo com a avaliação dos seus assessores jurídicos deverão ser julgadas improcedentes. Destas ações, aproximadamente R\$ 367 referem-se a contingências de naturezas trabalhista e tributária cujo desfecho é avaliado como possível, tornando desnecessária uma provisão.

**15. Patrimônio líquido**
**(a) Capital autorizado**

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 213.100.

**(b) Capital social**

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 213.056 em 31 de dezembro de 2012 e 2011, representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

	2012	2011
Ações ordinárias	<b>96.973.174</b>	96.973.174
Ações preferenciais classe "A"	<b>33.929</b>	33.929
Ações preferenciais classe "B"	<b>2.320.666</b>	2.320.666
	<u><b>99.327.769</b></u>	<u>99.327.769</u>

Não houve movimentação de ações no exercício e, dessa forma, o lucro básico dividido por ações é igual. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

**(c) Direitos das ações**

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo.

Continua &gt;&gt;&gt;


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

&gt;&gt;&gt; Continuação

Após o pagamento dos dividendos às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros.

É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classe "A", no caso de dissolução da Companhia.

**(d) Reserva de lucros - Incentivo fiscal**

Foi constituída reserva correspondente ao incentivo de redução do imposto de renda no percentual de 12,5% sobre os resultados dos anos de 2009 (R\$ 1.695), 2010 (R\$ 2.139) e 2011 (R\$ 1.993). Esses benefícios de redução do imposto de renda são registrados inicialmente no resultado do exercício, na rubrica de Imposto de renda corrente. Os montantes referentes a 2009 e 2010 foram registrados no resultado do exercício de 2011 devido ao fato da confirmação do referido benefício ter ocorrido somente em 2011. O montante correspondente ao ano de 2012 foi de R\$ 2.507.

**(e) Reserva de lucros - Legal**

Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a reserva legal foi adicionada em R\$ 2.353 (2011 – R\$ 2.956).

**(f) Dividendos**

Os dividendos pagos e propostos são demonstrados como segue:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	70.464	64.956
Constituição da reserva legal	(2.353)	(2.956)
Subvenção – Incentivo fiscal	(2.507)	(5.827)
Base de cálculo dos dividendos	65.604	56.173
Dividendos mínimos e obrigatórios:		
Ações ordinárias	16.097	13.740
Ações preferenciais Classe "A"	5	5
Ações preferenciais Classe "B" (i)	299	299
25% sobre a base de cálculo dos dividendos	16.401	14.044
Dividendos propostos, por lote de mil ações:		
Ações ordinárias - R\$ 0,673 (2011 – R\$ 0,576)	65.282	55.854
Ações preferenciais classe "A" R\$ 0,673 (2011 – R\$ 0,576)	23	20
Ações preferenciais classe "B" R\$ 0,128 (2011 – R\$ 0,128)	299	299
	65.604	56.173
% sobre a base de cálculo	100	100
Dividendos intermediários	-	10.291
Dividendos a pagar, líquido de antecipações	16.401	3.753
	16.401	14.044
Dividendos adicionais propostos	49.203	42.129

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto.

A administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais em 2012 no montante de R\$ 49.203 (2011 – R\$ 42.129), registrados no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva posterior em ata de Assembleia Geral. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondentes ao exercício corrente foram lançados no passivo circulante (R\$ 16.401).

**16. Imposto de renda**
**(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda**

Os valores de imposto de renda demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda	90.582	79.960
Adições:		
Despesa financeira	9.816	806
Provisão para contingências	3.092	(2.531)
Remuneração da Administração	1.031	2.517
Outros	283	257
Exclusões:		
Receita financeira	(9.949)	-
Reversão provisão PLR	(3.504)	(120)
Reversão provisão para contingências	(942)	(522)
Atualização monetária depósitos judiciais	(1.919)	(2.488)
Outros	(108)	(75)
Lucro real	88.382	77.803
Alíquota do imposto - %	25	25
Imposto à alíquota da legislação	22.095	19.451
Incentivos fiscais	2.708	5.665
Ajuste DIPJ 2012, ano calendário 2011	130	-
Imposto de renda sobre o lucro real	(19.257)	(13.786)
Imposto de renda sobre adições temporárias	(381)	(592)
Imposto de renda sobre exclusões temporárias	(480)	(626)

**(b) Imposto de renda diferido**

O imposto de renda diferido é calculado sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. A alíquota desse imposto, definida atualmente para determinação dos tributos diferidos, é de 25%.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. Os valores de compensação são os seguintes:

	2012	2011
Ativo de imposto diferido		
Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses	(2.456)	(2.837)
Passivo de imposto diferido		
Passivo de imposto diferido a ser liquidado depois de mais de 12 meses	4.571	4.089
Passivo de imposto diferido (líquido)	2.115	1.252

A movimentação líquida da conta de imposto de renda diferido é a seguinte:

	2012	2011
Em 1º de janeiro	1.252	34
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	19	-
Provisão para contingências trabalhistas	325	338
Provisão para contingências fiscais	33	(202)
Provisão para perda com investimento	4	456
Atualização de depósitos judiciais	482	626
Em 31 de dezembro	2.115	1.252

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos, é a seguinte:

	Provisões	Outros	Total
Ativo de imposto diferido			
Em 1º de janeiro de 2011	(6.898)	3.469	(3.429)
Debitado (creditado) à demonstração do resultado	(3.269)	3.861	592
Em 31 de dezembro de 2011	(10.167)	7.330	(2.837)
(Creditado) debitado à demonstração do resultado	(3.011)	3.393	381
Em 31 de dezembro de 2012	(13.178)	10.723	(2.456)

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estima que tal imposto será efetivamente realizado pela compensação/exclusões com lucros tributáveis futuros, principalmente quando da decisão dos processos judiciais em curso.

	2012	2011
Passivo de imposto diferido		
Em 1º de janeiro de 2011		3.463
Debitado (creditado) à demonstração do resultado		626
Em 31 de dezembro de 2011		4.090
Debitado (creditado) à demonstração do resultado		480
Em 31 de dezembro de 2012		4.569

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de decisão final do processo judicial que discute as autuações da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, estima que tal imposto será efetivamente devido prospectivamente, se for, somente quando da referida decisão.

**17. Receita**

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2012	2011
Vendas brutas de produtos		
Mercado interno	1.051.034	912.902
Mercado externo	82.307	48.563
Impostos sobre vendas	(291.803)	(252.928)
Devoluções e bonificações	(64.625)	(55.868)
Receita líquida de vendas	776.913	652.669

**18. Despesas com vendas**

	2012	2011
Despesa com frete sobre vendas	30.124	25.799
Despesa com armazenagem	5.930	4.047
Custos departamento comercial	2.188	3.538
Outras despesas	2.691	985
	40.933	34.369

**19. Despesas gerais e administrativas**

	2012	2011
Gastos com pessoal	9.320	9.927
Serviços advocatícios	4.398	1.863
Outros gastos administrativos	5.610	5.349
	19.328	17.140

**20. Resultado financeiro**

	2012	2011
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva	(4)	(542)
Variação cambial passiva	(1.254)	(1.533)
Despesas de juros (a)	(11.627)	(6.376)
	(12.885)	(8.451)

**Receitas financeiras**

Receitas de aplicações financeiras	4.351	4.709
Receitas de juros (a)	10.084	6.142
Variação monetária ativa	1.937	3.232
Variação cambial ativa	1.721	1.469
	18.093	15.552

(a) As despesas e receitas com juros referem-se a operações negociadas junto a clientes e instituições financeiras.

**21. Entidade de Previdência Privada – Fundo Multipatrocinado IHPREV**

A Companhia contribui para um plano de benefícios previdenciários de seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV").

A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos, a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. Para os planos de benefício definido e contribuição definida, a Companhia não realizou contribuições.

Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela IHPREV com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência, a Companhia continua com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (44 funcionários) e os participantes ativos remanescentes (4 funcionários). No Novo Plano de Contribuição Definida existe obrigação para 226 funcionários.

O plano de benefícios previdenciários foi avaliado atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstradas conforme segue:

Plano BD	2012	2011
Taxa de desconto da obrigação atuarial	9,50%	10,25%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	N/A	10,25%
Aumentos salariais futuros	N/A	N/A
Aumentos futuros de benefícios	5,20%	4,50%

Tábua de mortalidade geral	RP-2000 Geracional segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985 Disability Class 1
Tábua de mortalidade de inválidos	RP-2000 Disabled segregada por sexo

Plano CD	2012	2011
Taxa de desconto da obrigação atuarial	9,50%	10,25%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	9,50%	10,25%
Aumentos salariais futuros	6,25%	5,55%
Aumentos futuros de benefícios	5,20%	4,50%

Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo
Tábua de entrada em invalidez	Wyatt 1985 Disability Class 2

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano de benefício definido, no montante de R\$ 11.066 (2011 – R\$ 10.226), foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2012, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente.

Plano BD  
A seguir está demonstrada a movimentação da mudança na obrigação atuarial (VPO) e no valor justo dos ativos:

	2012	2011
a) Mudança na obrigação atuarial		
VPO no final do exercício anterior	8.568	0
Custo do serviço corrente	0	849
Juros sobre a obrigação atuarial (Ganhos) / perdas atuariais	1.536	0
Contribuições dos empregados	0	(545)
Benefícios pagos pelo plano	0	10.408
VPO no final do exercício	10.408	8.568

Continua &gt;&gt;&gt;


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

## &gt;&gt;&gt; Continuação

b) Mudança no valor justo dos ativos	
Valor justo dos ativos no final do exercício anterior	10.226
Retorno real dos investimentos	1.385
Contribuições pagas pela empresa	-
Contribuições pagas pelos empregados	-
Benefícios pagos pelo plano	(545)
Valor justo dos ativos no final do exercício	<u>11.066</u>
c) Despesa anual	
Custo do serviço corrente	0
Custo dos juros	849
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(1.019)
Rendimento esperado sobre os direitos de reembolso	-
Custo do serviço passado	-
Reconhecimento de (Ganhos) / perdas atuariais	1.170
Custo de redução antecipada do plano	-
Custo de liquidação antecipada do plano	-
Mudança no efeito do limite de ativo	(1.000)
Despesa / (Receita) a ser reconhecida	<u>-</u>
d) Contribuições esperadas para o próximo ano fiscal	
1. Empresa	-
2. Participantes	-
e) Rendimento real dos ativos no ano fiscal	
Retorno esperado dos investimentos	1.019
Ganho / (perda) durante o período	366
Retorno real dos investimentos	<u>1.385</u>

Com base no parecer do atuário independente, emitido em 11 de janeiro de 2013, foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R\$ 658 (2011 – R\$ 1.658), conforme demonstrado a seguir:

Valor presente da obrigação (VPO)	(10.408)
Valor justo dos ativos	<u>11.066</u>
VPO líquido dos ativos do plano	<u>658</u>
Serviço passado não reconhecido	-
(Ganhos) / perdas atuariais não reconhecidas	-
Restrição de limite de ativo de benefício definido (Passivo) / Ativo líquido total a ser reconhecido	<u>(658)</u>
<b>% de alocação</b>	
Renda variável	0%
Renda fixa	99,779%
Imóveis	0,099%
Outros	0,122%
Total	100%
Valor justo dos ativos	<u>11.066</u>

Desenvolvimento da posição de divulgação	
Desenvolvimento da posição de divulgação	01/01/2013
Valor presente da obrigação (VPO)	(10.408)
Valor justo dos ativos	<u>11.066</u>
Superávit / (déficit)	<u>658</u>

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos.

	Valores expressos em reais				
Encerramento do ano fiscal	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
<b>A. Evolução patrimonial</b>					
1. (Ganho) / perda no período	(366.302)	(328.925)	1.115.	-	-
2. (Ganho) / perda em % do patrimônio	(3,310%)	(3,217%)	11,843%	0%	0%
<b>B. Evolução cadastral</b>					
1. (Ganho) / perda no período	402	132.247	(13.410)	-	-
2. (Ganho) / perda em % da obrigação atuarial	0,004%	1,544%	(0,174%)	0%	0%
<b>C. Alterações de hipóteses</b>					
1. (Ganho) / perda no período	1.535.760	427.216	555.068	-	-
2. (Ganho) / perda em % da obrigação atuarial	14,756%	4,986%	7,199%	0%	0%
<b>D. Resultado do plano</b>					
1. Obrigação atuarial	(10.407.912)	(8.567.644)	(7.710.460)	(6.866.602)	(7.099.431)
2. Valor justo dos ativos	11.066.195	10.225.824	9.415.848	9.882.002	9.267.804
3. Resultado do plano	658.283	1.658.180	1.705.388	3.015.400	2.168.373

Até a presente data, as demonstrações financeiras da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits.

Plano CD

**Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação**

<b>Mudança na obrigação atuarial</b>		<b>31/12/2012</b>
VPO no final do exercício anterior		30.418
Custo do serviço corrente da empresa		6.971
Juros sobre a obrigação atuarial		2.310
Contribuição dos empregados		-
(Ganhos) / Perdas atuariais		(9.854)
Benefícios pagos		-
VPO no final do exercício		29.845
<b>Desenvolvimento da posição de divulgação</b>		<b>31/12/2012</b>
Valor presente da obrigação (VPO)		(29.845)
Valor justo dos ativos		66.881
Superávit / (Déficit)		37.036
<b>Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos</b>		<b>31/12/2012</b>
Valor justo dos ativos no final do exercício anterior		81.637
Retorno real dos investimentos		(14.756)
Contribuições do empregador		-
Contribuições do participante		-
Benefícios pagos		-
Valor justo dos ativos no final do exercício		66.881

**Conciliação do valor presente da obrigação de benefício definido e do valor justo dos ativos com os ativos e passivos reconhecidos no balanço patrimonial**

	<b>31/12/2012</b>
Valor presente da obrigação (VPO)	(29.845)
Valor justo dos ativos	66.881
VPO líquido dos ativos	37.036
(Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidos	-
Serviço passado não reconhecido	-
Restrição do limite de ativo de benefício definido (Passivo) / Ativo líquido a ser reconhecido	(27.888)
	9.148

**Despesa total reconhecida nos resultados**

	<b>31/12/2012</b>
Custo do serviço corrente da empresa	6.971
Custo dos juros	2.310
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(7.560)
(Ganhos) / Perdas atuariais	12.462
Custo do serviço passado	-
Mudança no efeito do limite de ativo	(23.331)
Despesa / (Receita)	(9.148)

**Montantes e % de cada categoria principal de ativos**

	<b>% de alocação</b>
Renda variável	0,000%
Renda fixa	98,100%
Imóveis	0,000%
Outros	1,900%
Total	100%
Valor justo de ativos	66.881

**Retorno real dos ativos**

	<b>31/12/2012</b>
Retorno esperado dos investimentos	7.560
Ganho / (perda) durante o período	(22.316)
Retorno real dos investimentos	(14.756)

**Montantes para o exercício corrente e os quatro anteriores**

Encerramento do ano fiscal	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
<b>A. Evolução patrimonial</b>					
1. (Ganho) / perda no período	22.316	3.507	(89)	-	-
2. (Ganho) / perda em % do patrimônio	33,367%	4,296%	(0,115%)	0%	0%
<b>B. Evolução cadastral</b>					
1. (Ganho) / perda no período	(11.649)	(6.084)	(10.180)	-	-
2. (Ganho) / perda em % da obrigação atuarial	(39,032%)	(20,001%)	(36,477%)	0%	0%
<b>C. Alterações de hipóteses</b>					
1. (Ganho) / perda no período	1.795	469	2.708	-	-
2. (Ganho) / perda em % da obrigação atuarial	6,014%	1,542%	9,703%	0%	0%
<b>D. Resultado do plano</b>					
1. Obrigação atuarial	(29.845)	(30.418)	(27.908)	23.772	(20.160)
2. Valor justo dos ativos	66.881	81.637	77.622	69.986	57.094
3. Resultado do plano	37.036	51.219	49.714	46.214	36.934

**Melhor estimativa sobre as contribuições que se espera pagar durante o exercício que se inicia**

Contribuições esperadas da empresa	-
Contribuições esperadas dos participantes	-

**22. Cobertura de seguros**

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, por meio da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	30.000
Multiriscos (estoques em poder de terceiros)	21.000
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	740.878
Responsabilidade civil administradores e diretores	17.500
Veículos	254

**23. Gestão de risco financeiro**
**23.1 - Fatores de risco financeiro**

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulantes têm liquidez imediata ou vencimento em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada por meio de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio. A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

**(a) Risco de taxa de câmbio**

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia possuía ativos e passivos líquidos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R\$ 13.544 e R\$ 67.846 (2011 – R\$ 8.195 e R\$ 35.055), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data.

Em 31 de dezembro de 2012, se o real tivesse variado em torno de 10% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício antes do cálculo do imposto de renda teria variação de R\$ 2.243 (2011 – R\$ 2.686), para mais ou para menos, principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos em dólares.

**(b) Risco de crédito**

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

Continua &gt;&gt;&gt;


**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

## &gt;&gt;&gt; Continuação

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras são administrados pela Companhia de forma a manter ativos apenas em instituições financeiras renomadas.

**(c) Risco com taxa de juros**

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger contra o risco de volatilidade das mesmas. A Companhia mantém parte substancial dos equivalentes de caixa indexada à variação do CDI. A

Segue abaixo a avaliação dos cenários:

Riscos de taxas de juros	Taxa de fechamento 31/12/2012 (a.a.)	Cenário provável (12/2013)	Cenário I aumento de 25%	Cenário II aumento de 50%	Cenário III redução de 25%	Cenário IV redução de 50%
CDI	8,37%	7,09%	8,86%	10,64%	5,32%	3,55%

**Receitas financeiras**

Caixa e equivalentes de caixa – CDI	3.235	4.044	4.853	2.426	1.618
-------------------------------------	-------	-------	-------	-------	-------

**(d) Risco de liquidez**

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa mantido pela Companhia, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósito a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, selecionando instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer a margem necessária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia mantém aplicações em Certificado de Depósitos Bancários ("CDB's") de curto prazo no montante de R\$ 45.630 (2011 - R\$ 31.263), e se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

**23.2 - Instrumentos financeiros por categoria**

Ativos financeiros	Empréstimos e recebíveis	Total
<b>Ativos:</b>		
31 de dezembro de 2011		
Contas a receber de clientes	90.329	90.329
Caixas e equivalentes de caixa	34.939	34.939
	<u>125.268</u>	<u>125.268</u>
31 de dezembro de 2012		
Contas a receber de clientes	93.876	93.876
Caixas e equivalentes de caixa	48.234	48.234
	<u>142.110</u>	<u>142.110</u>
<b>Passivos financeiros</b>		
<b>Passivos:</b>		
31 de dezembro de 2011		
Empréstimos	12.817	
Fornecedores e outras obrigações (i)	59.794	
	<u>72.611</u>	
31 de dezembro de 2012		
Empréstimos	21.850	
Fornecedores e outras obrigações (i)	82.484	
	<u>104.334</u>	

(i) Composto por Fornecedores, Bonificações e Comissões a pagar, Obrigações tributárias e Obrigações trabalhistas.

expectativa de mercado, conforme dados retirados no informe do Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 28 de dezembro de 2012, indicaram uma taxa mediana (Top 5) efetiva da SELIC estimada em 7,25%, cenário provável para o ano de 2013, ante a taxa atual de 8,17%. Os números atuais da SELIC representam as medidas econômicas adotadas pelo governo federal que visam reduzir a taxa de juros do país com o principal objetivo de proteger a economia das crises financeiras de crédito internacionais.

Além do cenário provável, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), através da resolução nº 1.198/09, determinou que fossem apresentados mais dois cenários com deterioração de 25% (cenário III) e 50% (cenário IV) da variável do risco considerado. Além disso, apresentamos os cenários de aumento de taxas: 25% (cenário I) e 50% (cenário II).

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da DETEN QUÍMICA S.A., em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e a Proposta da Administração para a Destinação do Resultado. Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes Ernst & Young Terco, de 25 de janeiro de 2013, e entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e econômico-financeira da Empresa, e que tais documentos estão em conformidade com as disposições legais e pertinentes à matéria, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos à Assembleia Geral de Acionistas, para aprovação.

Camaçari, 28 de fevereiro de 2013.

**Henrique Dias Carneiro**
**Heraldo da Costa Belo**
**Mario Antonio Nogueira**
**Ronnie Gonzaga Tavares**
**Mauro Guimarães Pereira**
**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**
**PEDRO MIRÓ**  
 Presidente

**FERNANDO ITURRIETA GIL**  
**JOSÉ FRANCISCO ARAMBURU DELGADO**  
**MIGUEL ÁNGEL CALDERÓN BUENO**  
**DJALMA RODRIGUES DE SOUZA**  
**LUIZ FERNANDO MARINHO NUNES**
**DIRETORIA**
**JOSÉ LUIS GONÇALVES DE ALMEIDA**  
 DIRETOR GERAL  
**ANGEL MANUEL PRADOS FERNANDEZ**  
 DIRETOR INDUSTRIAL  
**JOSÉ RICARDO UCHÔA CAVALCANTI ALMEIDA**  
 DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

**CONTROLLER**
**SILVIO ROBERTO ROMÃO DA SILVA**  
 CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

 Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da Deten Química S.A.  
 Camaçari - BA

Examinamos as demonstrações financeiras da Deten Química S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das

políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório de auditoria datado em 31 de janeiro de 2012, sem modificação.

Salvador, 25 de janeiro de 2013


**ERNST & YOUNG TERCO**  
 Quality In Everything We Do

 Auditores Independentes S.S.  
 CRC-2SP 015.199/O-6-F-BA

**Shirley Nara S. Silva**  
 Contadora  
 CRC-1BA 022.650-O-0